

Lideranças carismáticas

RUI DOS ARCOS

24 JUL 1988
 Que PD
Tudo indica que, em agosto, estará finalmente redatada a nova Constituição. Ainda subsiste, é verdade, uma série de pontos polêmicos a serem superados, alguns prometendo, inclusive, expor em rota de colisão setores influentes do País, mas poucos duvidam de que, a partir de agora, os acordos parlamentares se acelerarão e as divergências até ontem irreconciliáveis cederão o passo ao entendimento. É que urgência maior se apresenta no cenário político brasileiro, as eleições municipais, cujas proximidade e particular relevância tendem a apressar o fim do processo de revisão constitucional.

No Brasil, há um limite (curto) para o debate em torno de idéias e uma nostalgia (irreprimível) de debates em torno de nomes. Os trabalhos da Constituinte presenciaram o confronto entre idéias e nomes. As idéias bem ou mal, dependendo da ótica de quem as analisa, terminaram harmonizando-se. Os nomes não. Os políticos, em sua grande maioria eleitos parlamentares e não constituintes, somente a meio caminho das sessões se deram conta de que a sua atuação no Congresso pouco tinha a ver, dessa vez, com as promessas eleitorais hipotecadas em 86 em campanha de tipo tradicional. Estava em jogo a reforma da base jurídica do Estado e da Sociedade, não o seu funcionamento imediato. Percebida a diferença de desempenho, o ajuste não se processou uniformemente e muito menos na mesma direção. Os partidos tampouco lograram desenvolver a desejada coordenação política. O resultado frustrou mas não chegou a surpreender: nomes sobrepuseram-se a idéias, personalidades impuseram-se a princípios e alianças pessoais deslocaram-se e mesmo inviabilizaram a conciliação de conceitos.

É compreensível, portanto, que a prioridade agora se centre em refazer o tecido político-partidário. Perante o eleitorado, as principais for-

ças do País procuram recuperar sua imagem pública, mas, infelizmente, não ao amparo de idéias, mas a reboque de nomes. Nas grandes cidades, muitos dos candidatos que se insinuam para o pleito de novembro próximo têm cacife senão para disputarem a Vice-Presidência ou a própria Presidência da República no ano seguinte, pelo menos para influírem na escolha dos futuros concorrentes àqueles altos cargos. Somente com muito esforço e maior ingenuidade se poderia supor que as eleições municipais já não tenham um nítido sabor de vestibular às presidenciais. E isso por conta dos nomes, não das idéias, em prejuízo das cidades e, logo, do País.

Até o momento, salvo honrosas exceções, a discussão preliminar sobre os futuros postulantes à cadeira de prefeito nas maiores cidades brasileiras não parece sensível à problemática municipal. Temas como a segurança urbana, o abandono de menores, o afavelamento de bairros, o transporte de massas e a administração financeira subordinam-se às possibilidades pessoais dos candidatos de um dia virem a subir a rampa do Palácio do Planalto ou, na pior das hipóteses, de ajudarem um amigo seu a fazê-lo. Se o bem-estar e a prosperidade individual e coletiva do cidadão é o objetivo precípua de um Governo, na mesma ordem de idéias será o nível de administração das cidades que dará a tônica à gerência do País. E não o contrário.

Entende-se a perplexidade da classe política. Alain Touraine comentava recentemente, em seminário organizado pela Unicamp, que a enorme massa semimarginalizada, inculta e primitiva nas suas preferências e juízos culturais e políticos, que predomina no Brasil moderno, obedece ainda ao apelo de lideranças demagógicas e populistas. Para complicar ainda mais o quadro, Noênio Spindola citava, por sua vez, pesquisa realizada em São Paulo para revelar a falta de consciência política do elei-

torado. Segundo dados por ele selecionados, (a) de 68 a 82% das pessoas entrevistadas declaram-se sem preferências partidárias; (b) sem a menção do nome de Brizola, de 0 a 1,5% dos paulistanos apóia o PDT; e (c), dentro do PT, Sílvio Santos tem mais votos do que não só Luiza Erundina, mas também o próprio Lula.

Mais grave, porém, do que esse retrato do eleitorado é não só a consciência generalizada com as causas primeiras desse estado de coisas, mas também a conformidade ante as atuais regras do jogo político. Discretas são as propostas de combate às deficiências nas estruturas de ensino e educação e crescente a resignação à perspectiva de que, pelo menos a curto prazo, isto é, em novembro deste ano, as urnas ainda darão vitória a candidatos demagógicos e populistas ou então a personalidades públicas que, poucos meses mais tarde, deverão estar de volta às ruas com os olhos compridos no Planalto Central. E, nessa linha de raciocínio, as plataformas eleitorais procurarão refletir o perfil e as promessas políticas de seus defensores e, raramente, buscar o equacionamento, nem digamos concerto, dos problemas municipais.

Como bons latinos, somos mitômanos, tradicionalmente acreditamos mais nos homens do que em suas idéias, daí a paixão dos debates políticos. Mas não são poucos os exemplos da História que desaconselham o atrelamento de massas a líderes carismáticos que se sobrepõem ao exame objetivo dos principais temas de suas comunidades. Para não mencionar o fenômeno hitleriano, de enlutada memória, relembremos apenas a reflexão de Umberto Eco, pela voz de Guilherme de Baskerville, em "O Nome da Rosa", quando diz: "Cuidado, Adso, com os profetas e aqueles que estão dispostos a morrer pela verdade, pois normalmente eles levam à morte multidões com eles, muitas vezes antes deles, às vezes no lugar deles."